

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre meio ambiente, para muitos, o pensamento logo é remetido para aquilo que é natural, próprio da natureza. Todavia, para além de tal conceituação, observa-se que o ambiente pode ser caracterizado de diversas formas, pois ele recebe seu significado a partir do contexto em que as pessoas estão inseridas. No caso em estudo, no contexto do ambiente escolar.

Dessa forma, o presente trabalho realizará a conceituação do meio ambiente urbano e meio ambiente escolar, a fim de demonstrar como eles se relacionam com a sustentabilidade, conceito que está diretamente relacionado à preservação do meio ambiente. Neste ponto, observa-se que tanto o meio ambiente urbano, quanto o escolar, são influenciados pela atividade humana, a partir de como os estudantes lidam com o local de aprendizado e como se envolvem com o ambiente urbano que os cerca.

Diante de tal premissa, será exposto que devido a essa influência, se torna cristalino pensar como o ensino repercute no modo em que os estudantes do ensino básico, fundamental e médio lidam com a preservação da natureza, uma vez os princípios utilizados na Lei nº 9.795/99, que proporciona a definição do que o ordenamento jurídico brasileiro entende como educação ambiental. Entretanto, neste ponto, surgirá a problemática, uma vez que a forma como a palavra sustentabilidade é comumente utilizada afeta na eficácia da preservação do meio ambiente, sendo que o objetivo de tal política é ensinar a conservação da natureza para se criar uma base para como os estudantes lidarão com ela no futuro.

Ora, de fato não será novidade para ninguém que o meio ambiente sofre atualmente com uma degradação exacerbada e quase irreversível. Por isso, cabe questionar se o problema se encontra na forma como a sociedade utiliza o conceito de sustentabilidade, aqui compreendido como iniciativa/ atividade que tem por fim gerar resultados que de preservação da natureza e, portanto, de diminuição da crise ambiental.

Dessa maneira, a partir do pensamento de Leonardo Boff (2016), que nos direciona para a ideia de que ser sustentável é preservar a vida e, nessa tarefa, o crescimento econômico se insere como uma das dimensões em diálogo com a eliminação da pobreza, da qualidade de vida da humanidade e da natureza. Assim, define os objetivos garantidos no artigo 3º da Constituição de 1988. É o que nos direciona, primeiro, o texto.

Em seguida, a fim de tornar tal ressignificação eficiente no meio ambiente escolar, ambiente este que se observa a formação de pensamento das pessoas, o artigo trará a hipótese

de aplicação da ecopedagogia, desenvolvida pelo pedagogo Francisco Gutierrez e pelo comunicador Cruz Prado Rojas (2013), a fim de atingir a ressignificação da palavra sustentabilidade, por meio do ensino. Portanto, o presente trabalho objetiva demonstrar a hipótese para uma preservação ambiental eficaz, a partir da reconceituação da sustentabilidade, que poderá ser atingida por tal abordagem pedagógica que caracteriza pela forma qualitativa por meio do método dedutivo.

2 AMBIENTE URBANO, AMBIENTE ESCOLAR E SUSTENTABILIDADE

Em uma sociedade que o Estado Social e Democrático de Direito é adotado, os direitos humanos e sociais são essenciais para a garantia do bem-estar físico e mental das pessoas. As discussões nos âmbitos doméstico e internacional acerca da melhora de condições para a comunidade global é fator determinante para se chegar no patamar dos direitos e garantias essenciais. E, nessa paisagem, o debate entorno da preservação ambiental tem demonstrado que pensar os direitos fundamentais das pessoas requer, necessariamente, repensar a relação da humanidade com a natureza, aqui delimitado nos campos escolares e urbano.

Ao falar em desenvolvimento humano para uma vida digna, estamos falando em um segmento dos direitos humanos ligados a uma dimensão social, a aspiração dos seres humanos a um ambiente de boa qualidade de vida. Os direitos humanos têm uma complexidade ambiental, em razão de trabalharmos um tema psicossociocultural, no qual os seres humanos estão em constante troca de energia com o meio – o contexto. Logo, a complexidade ambiental do desenvolvimento humano demonstra a intrínseca relação e dependência do desenvolvimento humano (a vida digna) ao desenvolvimento ambiental sustentável.

Existe a relação entre o ser humano e o meio ambiente, para afirmar a necessidade de uma relação complexa entre humano e natureza em prol da qualidade da vida que, obtendo qualidade, dignidade, tem, por consequência a preservação ambiental. Assim, fica evidente a intrínseca interdependência da vida humana com a vida da natureza, do ambiente em sua totalidade. Desta forma, as dimensões ambientais e dimensão econômica, se tratadas de forma em separado acaba por enfraquecer a centralidade do problema que é a qualidade da vida. Nesse sentido, podemos afirmar que se trata de uma teia que envolve a natureza, a política, a sociedade, a cultura de forma interligada. O desenvolvimento humano não está apenas vinculado à dimensão econômica, visto que se relaciona complexamente com a questão ambiental, que envolve a natureza, a política, a sociedade, a cultura etc. Isso significa perceber o ser humano como parte integrante do meio ambiente no qual está inserido.

Nesse sentido, o ser humano é um ser psicossociocultural, ele é influenciado, pelo contexto no qual emerge, assim como exerce modificações sobre esse mesmo contexto. Trata-se, por conseguinte, de uma relação dialógica entre os humanos, individualmente considerados, e o seu meio ambiente. Desta forma é necessário fazer um estudo sobre cada ambiente no qual os indivíduos estão inseridos, assim, no presente trabalho está presente a caracterização do ambiente urbano e o escolar assim como a relação entre estes ambientes entre si e a sustentabilidade.

O meio ambiente e o meio ambiente escolar estão intrinsecamente relacionados, pois a escola é a parte integrante do ambiente em que vivemos e desempenha um papel importante na formação de valores e práticas ambientais nas novas gerações. E, aqui se insere a Escola agente privilegiado de socialização e fator relevante de consolidação da sociedade e de suas práticas, a educação “deveria ser capaz de reorientar as premissas do agir humano educando os cidadãos” (Grün, 2002, p.19).

Um meio ambiente escolar saudável é essencial para o bem-estar dos alunos e funcionários. Isso inclui a qualidade do ar, a segurança dos espaços físicos, a disponibilidade de áreas ao ar livre para atividades recreativas e a promoção de hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada e atividade física regular. Ao criar um ambiente escolar saudável, a escola contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e sua capacidade de aprender.

Os alunos e seu comportamento dentro da escola são responsáveis diretos pela formação do ambiente escolar, assim como a relação dos professores e alunos. “La clave de un desarrollo sostenible [...] es la [...] educación que llega hasta todos los miembros de la sociedad, a través de nuevas modalidades, nuevas tecnologías a fin de ofrecer oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos [...] de forma de promover actitudes y comportamientos conducentes a una cultura de la sostenibilidad” (Mayor, 1998, p. 2).

Já o meio ambiente urbano é o ambiente físico, social e cultural que engloba as áreas urbanas, como cidades e vilas. Ele é caracterizado pela presença de infraestruturas, como edifícios, ruas, sistemas de transporte e serviços públicos, além da concentração de população e atividades humanas. O meio ambiente urbano também inclui elementos naturais, como parques, rios, árvores e áreas verdes, que são importantes para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades.

O meio ambiente escolar, por sua vez, refere-se ao ambiente físico e social das instituições de ensino, como escolas e universidades. Ele engloba as edificações, salas de aula, pátios, áreas de recreação, laboratórios e outros espaços utilizados para atividades educacionais. Além disso, o meio ambiente escolar também inclui a interação entre alunos, professores,

funcionários e comunidade escolar, bem como os valores, normas e práticas que moldam a cultura e o ambiente de aprendizagem da instituição.

Quando nos referimos ao ambiente escolar algumas características ajudam no processo de repensar esse lugar albergador da sustentabilidade da vida, tais como infraestrutura física, ambiente seguro, interação social, cultura e clima escolar, recursos educacionais, atividades extracurriculares e ambiente de aprendizagem pensados de forma integral, interconectada uma a outra, a nosso ver, se transforma em espaço de grande importância no fortalecimento da sustentabilidade da vida.

É importante que o meio ambiente escolar seja acolhedor, estimulante e seguro, proporcionando um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, após os conceitos demonstrados, percebe-se que o meio ambiente urbano e o meio ambiente escolar podem ser relacionados de várias maneiras.

O que, nos remete ao reconhecimento de que esse espaço é influenciado pela ação das atividades humanas. Nas áreas urbanas, as atividades humanas, como a construção de edifícios, o tráfego de veículos e a produção de resíduos, têm um impacto significativo no meio ambiente. Da mesma forma, nas escolas, as atividades dos alunos e funcionários, como o consumo de energia, o uso de recursos naturais e a produção de resíduos, também afetam o meio ambiente escolar.

Além disso, tanto o meio ambiente urbano quanto o meio ambiente escolar podem ser afetados pela poluição. Nas áreas urbanas, a poluição do ar, da água e do solo pode ser um problema significativo, causando impactos negativos na saúde das pessoas e na qualidade de vida. Nas escolas, a poluição do ar pode ser causada pela má ventilação e pela presença de produtos químicos tóxicos, como produtos de limpeza e materiais de construção. A poluição sonora também pode ser um problema nas escolas, afetando a concentração e o bem-estar dos alunos.

Entretanto, é na junção do meio ambiente urbano e escolar que se vê os desafios de sustentabilidade. Nas áreas urbanas, a falta de espaços verdes, a escassez de recursos naturais e a falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, são questões importantes a serem abordadas. Ora, o meio ambiente escolar e a sustentabilidade estão diretamente relacionados, pois a escola desempenha um papel fundamental na educação e conscientização ambiental dos alunos.

Desse modo, em que pese o primeiro contato dos estudantes com palavras como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ser nas instituições de ensino, o que ainda se vê, mesmo após a formação dos alunos é, quase sempre, um descaso com o ambiente em volta,

seja ele urbano ou natural. À título de exemplo, conforme reportagem do Estado de Minas, na Rua Sapucaí, em Belo Horizonte, conhecida pelos seus bares, que são frequentados por jovens, pela sua maioria, são retiradas 2 toneladas de garrafas de vidro, por final de semana¹.

Portanto, diante de tal exemplo, vislumbra-se que o meio ambiente urbano e o meio ambiente escolar estão interligados, pois ambos são afetados pelas atividades humanas, enfrentam desafios de poluição e precisam trabalhar em prol da sustentabilidade. Diante de tal premissa, cabe questionar se a ideia atual de sustentabilidade aprendida é a melhor forma de sustentar a preservação ambiental.

2 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E A INTERLIGAÇÃO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATUAL

O termo sustentabilidade surge por volta do ano 1560, na Província da Saxônica, Alemanha, como uma tradução da palavra *Nachaltingkeit*, buscando o enfrentar o problema da escassez da madeira acreditando que na possibilidade de sua regionalização e, por consequência, sua permanência no habitat original, a natureza. Agregado a essa ideia histórica, Boff (2016) salienta que outro marco importante na construção do termo sustentabilidade aconteceu na mesma região Saxônica da Alemanha, quando o Capitão Hans Carl Von Carlowitz, preocupado com uso indiscriminado da madeira nos fornos da mineração, traz o termo sustentabilidade para chamar atenção das autoridades sobre os limites da natureza e, assim, os poderes locais passaram a incentivar o plantio de árvores nas regiões mais devastadas.

Na década de 70, século XX, se ocupou a ONU do tema com o foco nos limites do crescimento humano e econômico. Em 1972 ocorreu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, onde surgiu a ideia de criar o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma). Logo após, outras vieram, como a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) e a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992)..

Nesse sentido, em 1972 ocorreu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, onde surgiu a ideia de criar o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma). Logo após, outras vieram, como a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) e a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro (1992).

Contudo, observa-se que foi a partir do relatório final gerado na supracitada Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, nomeado como “Relatório Brudland”, que a definição do

¹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/15/interna_gerais,1380240/meia-tonelada-de-lixo-por-dia-gerente-de-limpeza-de-bh-sobre-rua-sapucaí.shtml. Acesso em: 21 ago. 2023.

conceito de desenvolvimento sustentável como é amplamente conhecida foi utilizada, “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, 1988).

Desse modo, infere-se, por meio do referido conceito, que o meio ambiente deve ser preservado para atender as gerações futuras, graças ao desenvolvimento alinhado com a sustentabilidade, que remete a ideia de preservação da natureza, o que se buscou nas referidas discussões. Neste ponto, cabe demonstrar que a palavra sustentabilidade, segundo o dicionário Michaelis online, possui o significado de “qualidade, característica ou condição de sustentável”².

Diante de tal sentido, vislumbra-se que por exprimir a acepção de sustentável, que é um adjetivo, a sustentabilidade sempre terá que “sustentar algo”. Dessa maneira, diante de tal ideia, a sustentabilidade terá que sustentar o desenvolvimento, dar uma qualidade a ele. Portanto, veja que a palavra objeto de estudo, a partir do conceito amplamente utilizado, demonstra o necessário vínculo da preservação do meio ambiente ao progresso.

Assim, ante tal panorama iniciado na metade do século passado, aos poucos a legislação nacional incorporava o Direito Ambiental. Dessa forma, a lei infraconstitucional n.º 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) foi a primeira a definir legalmente o que é o meio ambiente. Ademais, tal norma determinou como princípio, em seu art. 2º, inciso X a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Brasil, 1981).

Posteriormente, após o advento da Constituição de 1988, houve a promulgação da Lei nº 9.795/99, que de fato proporcionou a definição do que o ordenamento jurídico brasileiro entende como educação ambiental, em seu artigo 1º “ Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999, s/p).

Além disso, a lei ainda determina que esse tipo de educação deve compor o currículo das escolas, em todos os modos do processo educativo, bem como, em seu art. 4º, inciso I, define como princípio básico demonstrar a concepção do meio ambiente com a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, sob o prisma da

² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sustentabilidade>. Acesso em: 18 ago. 2023.

sustentabilidade, bem como em seu inciso VIII o respeito à diversidade cultural. Nesse sentido, em que pese o princípio do estudo nas escolas de forma interdisciplinar e o reconhecimento da diversidade de saberes, a definição de tal educação condiciona à conservação do meio ambiente ao interesse do homem.

Tal situação, no contexto atual, não o poderia ser diferente, em que, pelo fato de 61% da população brasileira se concentrar em áreas urbanas, conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, incide na não percepção da natureza em si, pelo contato quase que intangível³. Percebe-se, assim, que a mentalidade brasileira é apenas um reflexo do que se ainda pensa à nível internacional. Cabe aqui lembrar sobre o antropocentrismo iniciado a partir do Renascimento e que, por essas e tantas outras histórias de surtos desenvolvimentistas, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram criados e colocados em voga internacionalmente, e servem até hoje como princípios para a preservação do meio ambiente, da Natureza.

Portanto, estamos diante de um conceito que nasce com o foco na preservação da natureza, do universo como espaço integrador da vida, mas que foi sendo assimilado, a partir da década de 70, como primordialmente focado na ideia desenvolvimento econômico. Portanto, levou ao enfraquecimento do seu sentido original resgatando por Boff (2016).

O que se observa é a repetição de um conceito pautado no resguardo do ser humano, e não a fauna e flora que ele convive, simplesmente pelo fato que ela merece ser preservada. Tal premissa se diverge da mentalidade dos povos originários, que pauta na complementaridade da natureza e do ser humano e diferente dos direitos da natureza, em que define seus direitos apenas pelo fato de ela existir. Esse resgate, tem por cerne de sua trajetória a forma milenar de convivência das comunidades tradicionais, na América Latina, os indígenas e Quilombolas. Nesse sentido, como forma de promover um novo olhar sobre o meio ambiente, a fim de permitir que a Natureza seja resguardada com eficácia, tem-se como possibilidade a ressignificação do conceito de sustentabilidade.

3 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

³ Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Em%202022%2C%20as%20concentra%C3%A7%C3%B5es%20urbanas,viviam%20em%20cidades%20desse%20porte](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Em%202022%2C%20as%20concentra%C3%A7%C3%B5es%20urbanas,viviam%20em%20cidades%20desse%20porte.). Acesso em: 19 ago. 2023.

Como já explicitado na seção anterior, é interessante observar que desde os primórdios, seja a fala sobre a sustentabilidade, seja sobre a ecologia no geral é sempre voltada para um discurso que visa tocar no ponto capitalista, ou seja, que se a população e as empresas não cuidarem da Natureza, há de se faltar recursos e sem esses recursos não há produção, sem a produção não há bens de consumo e o desemprego é certo. Nesse sentido, destaca-se que a sustentabilidade tem o conceito hoje “tão usado e abusado que se transformou num modismo, sem que seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido” (Boff, 2016, p. 36).

Dessa forma, urge a necessidade de repensar tal definição, tarefa não muito fácil, devido à ideia de sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento sustentável e, para além disso, tal premissa é usada nas instituições de ensino para aprendizado dos alunos, conforme explicitado nos princípios da Lei nº 9.795/99, o que desemboca na necessidade de repensar os modos em que a preservação do meio ambiente é ensinada para que tenha real eficácia na relação meio ambiente urbano e escolar. Desse modo, a partir da mentalidade dos povos originários, sejam eles indígenas ou comunidades tradicionais, é perceptível a vivência deles em harmonia com a natureza

Sobre essa ressignificação nos alerta Gutiérrez, Prado (2013) para o que chamou de

recuperação harmônica supõe uma nova maneira de ver, focalizar e viver nossas relações com o Planeta Terra e com tudo que o que essa consciência planetária supõe: tolerância, equidade social, igualdade de gêneros, aceitação da biodiversidade e promoção de uma cultura de vida a partir de uma cultura de vida a partir da dimensão ética (Gutiérrez; Prado, 2013, p. 34)

Tal harmonia com a natureza pode ser visualizada a partir da preocupação de tais povos em não acumular bens. Dessa maneira, tanto os indígenas como as citadas comunidades tradicionais não possuem a cultura de produzir para acumular, produzem para a subsistência, uma vez que a Natureza não existe apenas para o homem extrair seus recursos. Isso, no contexto global, não significa dizer que sejam desamoráveis ao crescimento econômico, mas que tenhamos um crescimento cuja preocupação, centralidade seja a preservação da vida. Nesse sentido, o artigo 170 da Constituição Federal elucida o referido entendimento das comunidades tradicionais e determina que a economia está em função da vida e não a vida da economia.

Veja que este pensamento traz uma ideia de convivência harmônica entre a sociedade e o meio que a cerca, pois ela reconhece o meio ambiente como um ser como todo e qualquer humano. Neste ponto, Boff (2016), conforme sua teoria de ressignificação conceitual, explicita que um dos grandes problemas de o modelo atual de sustentabilidade ser insustentável é a consideração da terra como algo extenso e sem espírito.

Dessa forma, cabe pensar em formas que o ambiente escolar consiga realizar trabalhos com os alunos que resultem em uma experiência para além da natureza ser uma espécie de coisa em que apenas está ali para servir o homem. Ou seja, alterar a dinâmica do preservar para as gerações futuras e pelos seres humanos, que de fato exprime senso de coletividade, mas que definitivamente não possui a essência necessária e, ao ver, mais correta de preservar para a própria natureza e pela própria natureza.

No contexto escolar, destaca-se algumas atividades atuais em que as escolas trabalham a sustentabilidade no meio ambiente da instituição. A escola adota práticas sustentáveis, como a implementação de sistemas de captação de água da chuva, a instalação de painéis solares para geração de energia, o uso de materiais reciclados e a redução do consumo de água e energia. Essas práticas ajudam a reduzir o impacto ambiental da escola e a promover a sustentabilidade.

Além disso, pela educação ambiental, a escola inclui a educação ambiental em seu currículo, abordando temas como conservação da natureza, preservação dos recursos naturais, reciclagem, mudanças climáticas e sustentabilidade. Isso ajuda os alunos a compreenderem a importância da sustentabilidade e a adotarem comportamentos mais conscientes em relação ao meio ambiente.

Outra iniciativa interessante é a horta escolar onde a escola fornece alimentos saudáveis e ensina sobre agricultura sustentável, compostagem, ciclo de nutrientes e respeito pela natureza, além da prática em resíduos através de um programa de gerenciamento de resíduos que inclui a separação e reciclagem de materiais, a redução do consumo de plástico descartável e a conscientização sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

E, por fim, a mobilidade sustentável cuja prática se destina ao incentivo do uso de transportes sustentáveis, como caminhar, andar de bicicleta ou utilizar o transporte público, reduzindo assim a emissão de gases de efeito estufa e promovendo um estilo de vida mais saudável. Todas essas práticas têm-se o envolvimento da comunidade em projetos de sustentabilidade, como parcerias com empresas locais que promovem práticas sustentáveis, realização de eventos e campanhas de conscientização ambiental.

Diante destas significativas formas de se trabalhar a conscientização do meio ambiente, observa-se que de alguma maneira ajudam na preservação ambiental. Entretanto, chama-se a atenção que para que elas funcionem de forma efetiva, seja necessário a resignificação do conceito de sustentabilidade, nos moldes supracitados.

Insta salientar, em especial, que a horta escolar e o envolvimento da comunidade dão o ponto de partida para a mentalidade de cuidado pelo meio ambiente conforme os povos originários e tradicionais, pois trazem a produção orgânica (sem agrotóxicos e pautada

policultura) e chamam todos os presentes naquele meio para construir juntos um objetivo, qual seja a preservação da natureza.

Assim, pensar e construir o aprendizado sobre a sustentabilidade no meio ambiente escolar com o enfoque diferente do que atualmente se objetiva para a preservação da natureza, poderá ser uma saída para a eficácia da diminuição das agressões feitas em face dela. Desse modo, a referida reconceituação da palavra sustentabilidade se converge na ecopedagogia no ambiente da educação.

4 ECOPEDAGOGIA E SUSTENTABILIDADE

Ecopedagogia, segundo Francisco Gutierrez e Cruz Prado Rojas (2013), é uma abordagem pedagógica que busca promover a conscientização ecológica, a sustentabilidade e o cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, ela é uma abordagem educacional que busca promover a consciência ecológica, a sustentabilidade e a relação harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente. Desse modo, se baseia na compreensão de que a educação não deve ser apenas voltada para o desenvolvimento intelectual, mas também para a formação de indivíduos responsáveis e comprometidos com a preservação do planeta.

A ecopedagogia reconhece a importância da conexão entre os seres humanos e a natureza, e busca integrar essa relação nos processos de ensino e aprendizagem. Ela enfatiza a importância de vivências práticas e experiências que estimulem a conexão com o meio ambiente, como atividades ao ar livre, observação da natureza, projetos de sustentabilidade e práticas de conservação.

Além disso, a ecopedagogia também aborda questões sociais e políticas relacionadas à sustentabilidade, como a justiça ambiental, a equidade social e a participação cidadã. Ela busca desenvolver nos estudantes habilidades e competências para a transformação social e a construção de um mundo mais sustentável. Em resumo, é uma abordagem educacional que visa promover a consciência ecológica, a sustentabilidade e a conexão entre os seres humanos e o meio ambiente, integrando esses princípios nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, cabe destacar as características distintivas que a diferenciam de abordagens educacionais tradicionais, a fim de promover uma forma de ressignificação da sustentabilidade no ambiente escolar. Aqui estão algumas das suas principais características:

Conexão com a natureza: A ecopedagogia reconhece a importância da conexão entre os seres humanos e a natureza. Ela busca promover experiências diretas e vivenciais com o meio ambiente, como atividades ao ar livre, observação da natureza e práticas de conservação.

Sustentabilidade: A ecopedagogia enfatiza a importância da sustentabilidade, tanto na forma como os ambientes educacionais são projetados e gerenciados, quanto no conteúdo e nas práticas de ensino. Ela busca desenvolver nos estudantes uma consciência ecológica e habilidades para a construção de um futuro sustentável.

Interdisciplinaridade: A ecopedagogia transcende as fronteiras disciplinares e busca integrar conhecimentos de diferentes áreas, como ciências naturais, ciências sociais, humanidades e artes. Ela reconhece a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para sua compreensão e solução.

Participação ativa dos estudantes: A ecopedagogia valoriza a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem. Ela incentiva a autonomia, a criatividade e o engajamento dos estudantes, estimulando a sua participação em projetos de sustentabilidade, ações comunitárias e tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente.

Educação para a transformação social: A ecopedagogia vai além da transmissão de conhecimentos e busca desenvolver nos estudantes habilidades e competências para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Ela aborda questões sociais e políticas relacionadas à sustentabilidade, como a justiça ambiental e a equidade social.

Além disso, ela pode ser aplicada no dia a dia escolar de diversas maneiras, integrando princípios de sustentabilidade e consciência ecológica nas práticas educacionais. Aqui estão algumas formas de como a ecopedagogia pode ser incorporada na rotina escolar e que, se aplicáveis no dia a dia das instituições, promoverão o “ponta pé” para a mentalidade voltada para o novo conceito de sustentabilidade tratado na sessão anterior:

Ambiente escolar sustentável: A escola pode adotar práticas sustentáveis, como a redução do consumo de energia e água, a utilização de materiais recicláveis, a implementação de sistemas de coleta seletiva e a criação de espaços verdes no ambiente escolar. Isso não apenas reduzirá o impacto ambiental, mas também servirá como exemplo para os estudantes.

Educação ambiental integrada ao currículo: A ecopedagogia pode ser integrada ao currículo escolar, abordando questões ambientais em diferentes disciplinas. Por exemplo, os estudantes podem aprender sobre a importância da conservação da biodiversidade nas aulas de ciências, discutir questões de justiça ambiental nas aulas de ciências sociais, ou explorar a relação entre arte e natureza nas aulas de artes.

Vivências práticas ao ar livre: A ecopedagogia valoriza a importância das vivências práticas ao ar livre, permitindo que os estudantes tenham contato direto com a natureza. A escola pode organizar atividades ao ar livre, como trilhas, observação da fauna e flora local, hortas

escolares, entre outros. Essas experiências permitem que os estudantes desenvolvam uma conexão mais profunda com o meio ambiente.

Projetos de sustentabilidade: Os estudantes podem ser envolvidos em projetos práticos de sustentabilidade, nos quais eles possam identificar problemas ambientais locais e propor soluções. Isso pode incluir a realização de campanhas de conscientização, a implementação de práticas de reciclagem, a criação de composteiras, entre outros projetos que promovam a sustentabilidade.

Participação da comunidade: A ecopedagogia também envolve a participação da comunidade escolar e local. A escola pode promover parcerias com organizações ambientais, realizar eventos comunitários relacionados à sustentabilidade, convidar especialistas para palestras e workshops, e envolver os pais e a comunidade em projetos de educação ambiental.

Essas são apenas algumas maneiras de como a ecopedagogia pode ser aplicada no dia a dia escolar. A ideia é promover uma educação mais consciente e sustentável, que desenvolva nos estudantes uma consciência ecológica e habilidades para a construção de um futuro mais sustentável.

A ecopedagogia e a sustentabilidade estão intimamente relacionadas, pois ambas buscam promover uma consciência ecológica e a construção de um futuro sustentável ou melhor, uma gera a outra. Ela reconhece a importância da educação ambiental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de tomar decisões informadas em relação ao meio ambiente. E, ainda, busca desenvolver nos estudantes uma consciência ecológica, incentivando a reflexão crítica sobre as questões ambientais e o engajamento em ações práticas de sustentabilidade.

Além disso, ela contribui para a promoção da sustentabilidade ao incorporar princípios e práticas sustentáveis no processo educativo e a relação entre a ecopedagogia e a sustentabilidade é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de compreender e agir em prol da preservação do meio ambiente e da construção de um futuro sustentável, sendo que a utilização dos métodos de aprendizagem supracitados, se torna uma forma de alcançar a ressignificação do conceito de sustentabilidade. Através da educação ambiental e da incorporação de práticas sustentáveis no cotidiano escolar, a ecopedagogia contribui para a formação de uma consciência ecológica, em que a natureza deixa de ser apenas um objeto para o ser humano.

A ecopedagogia possui uma visão política que está intrinsecamente ligada à sua abordagem educacional. Ela reconhece que as questões ambientais não são apenas problemas técnicos ou científicos, mas também têm dimensões políticas e sociais. A visão política da

ecopedagogia busca promover uma educação crítica e transformadora, que questione as estruturas sociais e econômicas que contribuem para a degradação ambiental e a desigualdade social. Ela busca promover uma consciência crítica sobre as relações de poder e as injustiças socioambientais, buscando alternativas mais justas e sustentáveis.

Outras características de grande relevância é que ela tem o condão na defesa da importância da participação cidadã e do engajamento político na busca por soluções para os problemas ambientais, incentiva os estudantes a se envolverem em ações coletivas, como movimentos sociais, ONGs e iniciativas comunitárias, para promover a justiça ambiental e a sustentabilidade.

Além disso, também reconhece a importância das políticas públicas e das estruturas institucionais na promoção da sustentabilidade. Ela busca influenciar as políticas educacionais e ambientais, defendendo a inclusão da educação ambiental e da ecopedagogia nos currículos escolares e nas políticas educacionais.

A visão política da ecopedagogia também está relacionada à crítica ao modelo de desenvolvimento atual, baseado no crescimento econômico ilimitado e no consumo desenfreado. Ela questiona a lógica do mercado e a busca pelo lucro a qualquer custo, defendendo a necessidade de uma transformação para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

Em resumo, a visão política da ecopedagogia busca promover uma educação crítica e transformadora, que questione as estruturas sociais e econômicas que contribuem para a degradação ambiental e a desigualdade social. Ela busca promover a participação cidadã, influenciar as políticas públicas e promover uma transformação para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

A formação cidadã é um dos principais objetivos da ecopedagogia. Ela busca desenvolver nos estudantes habilidades, conhecimentos e valores que os capacitem a serem cidadãos conscientes, responsáveis e engajados na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Ela vai além do ensino de conceitos e informações sobre o meio ambiente. Busca desenvolver habilidades práticas nos estudantes, capacitando-os a tomar decisões informadas e agir de forma sustentável em seu cotidiano. Isso envolve a promoção de práticas de consumo consciente, a gestão adequada dos recursos naturais, a redução do desperdício e a adoção de ações sustentáveis em suas vidas pessoais e profissionais.

Além disso, a formação cidadã na ecopedagogia também busca promover valores como a solidariedade, a justiça ambiental, a equidade e o respeito pela diversidade. Ela busca desenvolver nos estudantes uma consciência ecológica, que reconheça a interdependência entre

todos os seres vivos e a importância de preservar a biodiversidade e os ecossistemas. Assim, formação cidadã na ecopedagogia também envolve o incentivo à participação cidadã e ao engajamento político. Ela busca capacitar os estudantes a se envolverem em ações coletivas, como movimentos sociais, ONGs e iniciativas comunitárias, para promover a justiça ambiental e a sustentabilidade.

A Ecopedagogia como forma de “[...] promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana” (Gadotti, 2010, p.42), como projeto alternativo global em que a preocupação não estivesse focada apenas na preservação da natureza, mas na construção de um “[...] novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico [...] que implica em uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais” (Gadotti, 2010, p.42).

Portanto, o uso da ecopedagogia nas escolas transforma o modo de pensar quanto à relação estudante e natureza, a partir do aprendizado nas instituições de ensino. Ou seja, é uma hipótese para chegar a reconceituação da palavra sustentabilidade, de forma a desenvolver nos estudantes habilidades, conhecimentos e valores que os capacitem a serem cidadãos conscientes, responsáveis e engajados na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Isso envolve a promoção de uma consciência crítica sobre as questões ambientais, o desenvolvimento de habilidades práticas para agir de forma sustentável, a promoção de valores como a solidariedade e a justiça ambiental e o incentivo à participação cidadã e ao engajamento político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente escolar e o meio ambiente urbano se interligam, uma vez que sofrem influência das pessoas que os frequentam. Além disso, se relacionam com a sustentabilidade, pois um dos primeiros contatos dos estudantes com palavras como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são nas instituições de ensino, já que a escola é a base do conhecimento.

Tal premissa se comprova com a Lei de Educação Ambiental, Lei n.º 9.795/99, em que instituiu a obrigatoriedade de tal ensino nas escolas nacionais, pautado na conservação do meio ambiente, sendo ele tratado como bem de uso comum do povo, conforme art. 1º. Dessa forma, percebe-se que as instituições de ensino utilizam desta conceituação de meio ambiente para guiar o ensino sobre a matéria.

Entretanto, é de conhecimento geral de que o meio ambiente, em que pese inúmeras ações para recuperá-lo, o que inclui a educação ambiental, ainda está em contínua degradação. Nesse sentido, cabe estabelecer um novo olhar sobre a conceituação de preservação dele, o que

desemboca na sustentabilidade. Ora, o conceito ligado a ela atualmente no Brasil é aquele se que vislumbra internacionalmente, em que a preservação é condicionada à natureza prover matéria prima ao homem, sendo que deve ser conservada para as gerações futuras.

Desse modo, tem-se a “virada de chave” para com o pensamento supracitado, uma vez este estar defasado. A sustentabilidade necessita ser ressignificada a partir de um olhar que se busca a harmonia com a natureza, ou seja, a partir do pensamento dos povos originários e tradicionais, que preservam pelo simples fato do meio ambiente existir, não esperam nada em troca.

Portanto, para alcançar tal ressignificação, deve se utilizar a ecopedagogia nas escolas, já que são as instituições de ensino as grandes formadoras na base de pensamento das pessoas, a fim de realizar a mudança de concepção quanto a natureza. Esta abordagem pedagógica reconhece que as questões ambientais não são apenas problemas técnicos ou científicos, mas também têm dimensões políticas e sociais, além de que incentiva um pensamento crítico quanto ao modelo atual em relação à preservação ambiental. Dessa forma, torna-se uma possibilidade para atingir a eficácia de seu cuidado.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** 5 ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.795/99**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 21 ago. 2023.

CABRAL, Uberlândia. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203, 1 milhões. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes#:~:text=Em%202022%2C%20as%20concentra%C3%A7%C3%B5es%20urbanas,viviam%20em%20cidades%20desse%20porte>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GRÜN, Mário. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** Campinas: Papirus, 2002. GÚTIERREZ; Francisco. CRUZ, Prado. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAYOR, Frederico; FORTI, Augusto. Ciência e Poder. Campinas: Papirus. 1998. O primeiro relatório sobre os limites do crescimento completa 50 anos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616607-o-primeiro-relatorio-sobre-os-limites-do-crescimento-completa-50-anos>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SANTOS, Cler. “Meia tonelada de lixo por dia”: gerente de limpeza de BH sobre Rua Sapucaí. **Estado de Minas Gerais**, 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/15/interna_gerais,1380240/meia-tonelada-de-lixo-por-dia-gerente-de-limpeza-de-bh-sobre-rua-sapucaai.shtml. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, Edvalter Souza. Educação e Sustentabilidade. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/issue/view/239/138>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SUSTENTABILIDADE. *In*: Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sustentabilidade>. Acesso em: 18 ago. 2023.